



**A INSTITUCIONALIZAÇÃO E A LEGITIMAÇÃO DA SOCIOLOGIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA: CONSTRUINDO ESTRATÉGIAS A PARTIR DA
SOCIOLOGIA DO CURRÍCULO E DA DISCIPLINA**

Gregório Antônio Fominski do Prado¹

RESUMO: O presente artigo se propõe a refletir sobre o processo de institucionalização e legitimação da sociologia como disciplina da Educação Básica no Brasil, levantando como problemática inicial as possibilidades e desafios para estabelecer um programa nacional de ensino com princípios norteadores que garantam o mínimo de consenso e convergência para a sociologia enquanto disciplina escolar. O objetivo geral é mapear e configurar caminhos epistemológicos possíveis que garantam o mínimo de convergência entre as várias perspectivas e filiações teóricas da sociologia, a ponto de originar princípios epistemológicos orientadores que apresentem o papel de estruturarem um currículo comum nacional. Para tanto, alguns objetivos específicos se colocam como necessários: Primeiro, a partir das teorizações de Bernstein, entender como os PCNs e OCNs são dinamizados e engendrados para a configuração de um campo de normatização das disciplinas. Segundo, estabelecer critérios que identifiquem as diferenças e semelhanças dos programas curriculares estaduais de Sociologia no Ensino Médio e analisar as formas e conteúdos preponderantes nos documentos estaduais orientadores. A partir das diferenças e semelhanças propor um possível consenso estratégico para a disciplina de Sociologia, com foco no processo de recontextualização necessária para a convergência das várias perspectivas e filiações.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Sociologia; Institucionalização; Currículos; Disciplinas.

INTRODUÇÃO

O processo de institucionalização da disciplina de Sociologia no Ensino Médio do Brasil atualmente tem colocado inúmeros desafios e problemas para os cientistas sociais, sobretudo questionando o próprio papel da sociologia na sociedade. No

¹ Graduado em Ciências Sociais - UEL, Especialista em Ensino de Sociologia - UEL e Mestrando em Ciências Sociais – UEL [Universidade Estadual de Londrina], sob orientação da Prof^a Dra. Ileizi Luciana Fiorelli Silva. CONTATO: gregfominsk@hotmail.com

atual estágio do processo de institucionalização e legitimação da disciplina de Sociologia no Ensino Médio brasileiro apresentam-se, emergentemente, algumas reflexões de cunho estratégico, pedagógico e político que devem ser pensadas paralelamente com o atual desenvolvimento da sociologia como ciência. No campo institucional a sociologia na Educação Básica do Brasil - a partir da Lei Federal nº 11.684/08 que estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional e determina a obrigatoriedade das disciplinas de filosofia e sociologia em todas as séries do ensino médio - garante a sua inserção e importância, porém, assume uma constante luta de fundamentação e legitimação para a sua permanência. Ileizi Silva (2010) aponta as demandas estruturais institucionais que a Sociologia deverá enfrentar para configurar/fortalecer um campo legítimo na Educação brasileira:

Para cada ganho de espaço, outras demandas surgiram, tais como: necessidade de diretrizes e orientações para seleção de conteúdos e métodos de ensino, de materiais didáticos, de professores capacitados, de incremento nas licenciaturas dos cursos de Ciências Sociais, de espaços de formação continuada nas universidades, de elaboradores de questões para as provas de vestibulares, de concursos públicos para professores da disciplina, de professores de Sociologia para as burocracias educacionais, entre tantas outras demandas e desafios que se multiplicaram a partir dessa expansão crescente após 1996. Entretanto, conhecer o campo de luta, que é o currículo, nos ajuda a entender que toda essa expansão não significa consolidação definitiva da disciplina ou de seus conteúdos nas escolas. Lembrar de que como vem ocorrendo a legalização e a legitimação possibilita uma postura mais comedida diante do processo. Postura comedida no sentido de reconhecer que ainda temos que estar atentos às reformas educacionais, mudanças curriculares e alterações na conjuntura política do País e dos Estados. Além disso, é sensato admitir que temos que estruturar as áreas de metodologia e estágio nos departamentos de educação e de ciências sociais para garantir a formação inicial e continuada dos professores, nós temos que multiplicar a produção de materiais didáticos, negociar concursos públicos para professores licenciados na área, desenvolver a pesquisa sobre o ensino da Sociologia, entre outras tarefas. (SILVA, 2010, p. 10).

É justamente nesse embate que a inserção da sociologia no ensino médio brasileiro representa uma possibilidade, ou até mesmo uma exigência, de renovação/reestruturação das próprias fundamentações sociológicas. O campo de atuação e luta que se configura a partir da inserção institucional da sociologia no ensino médio estabelece, entre variadas outras vantagens e resultados, um caminho

possível para projetar uma sociedade com mais capacidades e oportunidades para desfrutar de uma cidadania plena. No entanto, acompanhando as próprias especificidades das ciências humanas, a sociologia como disciplina curricular da Educação Básica no Brasil não revela ainda um mínimo de convergência de objetivos e de consenso prático do que seria um programa curricular nacional que aborde a realidade social dos brasileiros e atenda as demandas científicas da sociologia.

Embora o Ministério da Educação (MEC) tenha elaborado os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais, que é um conjunto de documentos que indicam as bases teóricas que instruem a docência de cada uma das disciplinas no plano nacional, ainda não se observa na disciplina de sociologia uma prática orientadora que convirja a atuação dos professores de sociologia com pelo menos o mínimo de consenso do que deve ser ensinado e como deve ser ensinado. Inúmeras razões e repostas podem ser pensadas para essa questão, porém, o momento do processo de institucionalização e legitimação da sociologia demanda urgentemente por um consenso que estabeleça as prioridades do que deve ser ensinado e como deve ser ensinado, estrategicamente esse deve ser o foco dos futuros esforços dos professores de sociologia e cientistas sociais.

O presente artigo se propõe a refletir sobre o processo de institucionalização e legitimação da sociologia como disciplina da Educação Básica no Brasil, levantando como problemática inicial as possibilidades e desafios para estabelecer um programa nacional de ensino com princípios norteadores que garantam o mínimo de consenso para a sociologia enquanto disciplina escolar. O objetivo geral é mapear e configurar caminhos epistemológicos possíveis que garantam o mínimo de convergência das várias perspectivas e filiações teóricas da sociologia, a ponto de originar princípios epistemológicos orientadores que apresentem o papel de estruturarem um currículo comum nacional. Para tanto, alguns objetivos específicos se colocam como necessários: Primeiro, a partir das teorizações de Bernstein, entender como os PCNs e OCNs são dinamizados e engendrados para a configuração de um campo. Segundo, estabelecer critérios que identifiquem as diferenças e semelhanças dos programas curriculares estaduais e analisar as propostas curriculares estaduais para a disciplina de Sociologia identificando as formas e conteúdos preponderantes nos documentos orientadores. A partir das

diferenças e semelhanças propor um possível consenso estratégico para a disciplina de sociologia, com foco no processo de recontextualização necessária para a convergência das várias perspectivas e filiações.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO BRASIL

No campo teórico das questões sobre a institucionalização e legitimação da sociologia é possível encontrar algumas fundamentações e contribuições que garantam a coerência de focar as ações teóricas e práticas na configuração e estruturação de um campo. O caminho epistemológico e teórico será pautado pelas orientações de Pierre Bourdieu e Basil Bernstein.

A partir de Bourdieu, a proposta é entender o processo de institucionalização e legitimação da Sociologia como uma disputa de campo, em que alguns 'capitais simbólicos culturais' são mobilizados. Assim, o sucesso da inserção da sociologia no contexto oficial do Brasil, através da Educação Básica, vai depender da forma como se configurará a disputa pelo Campo Educação, que apresenta em suas estruturas uma certa classificação e hierarquização dos 'capitais' que devem ser mobilizados. Evidentemente a lógica do campo Educação sofre influências do grande campo Econômico, determinando assim a própria forma de mobilizar alguns 'capitais'. Os 'capitais' mobilizados para configurar e disputar espaço e poder no campo Educacional perpassam pela lógica do campo Econômico, e se apresentam com os seguintes aspectos: domínio e controle discursivo, a racionalidade fria e desencantada como forma de norma e lei; princípios orientadores e reguladores como forma de disciplinarização, de especialização, de produtividade e de objetividade; fiscalização e avaliações constantes dos processos; e a priorização da quantidade em detrimento da qualidade. Esses aspectos parecem constituir as bases que configuram o campo de disputa que a sociologia deverá inicialmente enfrentar, e para enfrentar deverá mobilizar 'capitais culturais' que estão dentro do próprio campo, ou seja, deverá disputar de acordo com as regras do jogo, porém, sem desconsiderar uma possível autonomia dos agentes.

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa as imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. E uma das grandes questões que surgirão a propósito dos campos (ou dos subcampos) científicos será precisamente acerca do grau de autonomia que eles usufruem. Uma das diferenças relativamente simples, mas nem sempre fácil de medir, de quantificar, entre os diferentes campos científicos, isso que se chamam as disciplinas, estará, de fato, em seu grau de autonomia. A mesma coisa entre as instituições. [...] Um dos problemas conexos será, evidentemente, o de saber qual é a natureza das pressões externas, a forma sob a qual elas se exercem, créditos, ordens, instruções, contratos, e sob quais formas se manifestam as resistências que caracterizam a autonomia lista e, quais são os mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas próprias determinações internas. (BOURDIEU, 2004. p.20).

O caminho teórico apontado por Bourdieu revela um ambiente de grandes tramas configuracionais que estruturam as relações de poderes, e conseqüente de projetos para a sociedade. O processo de institucionalização e legitimação da Sociologia se insere nessas tramas, portanto, conhecer e entender os ‘campos’ é mapear e planejar uma estratégia de atuação, que encontra nas contribuições de Bernstein formas práticas de identificar os locais e documentos que se encontram os poderes, e como eles são ‘contextualizados’ e ‘recontextualizados’ em práticas normativas e legais.

Se em Bourdieu é possível entender teoricamente a estrutura e a lógica dos ‘campos’, em Bernstein é possível perceber a dinâmica dos princípios normativos das leis, disciplinas e currículos, ou seja, é possível observar o poder (texto) em movimento. Bernstein, a partir da ideia da divisão social do trabalho de controle simbólico, estabelece uma teoria focada nos agentes e funções dentro de um campo cultural, especificamente tratando da estruturação do discurso pedagógico do campo Educação.

Por “campo de controle simbólico”, designo um conjunto de agências e agentes que se especializam nos códigos discursivos que eles dominam. Esses códigos de discurso, de formas de se relacionar, de pensar e de sentir especializam e distribuem formas de consciência, relações sociais e disposições. Enquanto os agentes dominantes do campo econômico regulam os meios, os contextos e as possibilidades dos recursos físicos, os agente dominantes do campo de controle simbólico regulam os meios,

os contextos e as possibilidades dos recursos discursivos. Assim, temos no campo econômico: códigos de produção; no campo de controle simbólico: códigos discursivos. (BERNSTEIN, 1996. p. 190).

Os agentes e as funções desse campo atuam através de “textos” que são ideias e princípios normativos que controlam e configuram campos.

O controle simbólico faz com que as relações de poder sejam expressas em termos de discurso e o discurso em termos de relações de poder. Posso acrescentar que ele pode também transformar essas mesmas relações de poder. (BERNSTEIN, 1996. p. 190).

Contudo, a principal contribuição de Bernstein reside na formulação da ‘teoria do dispositivo pedagógico’, que é conjunto de preceitos e teses para entender o processo pelo qual um campo específico de conhecimento é transformado em um sistema de conhecimento escolar, curricular, disciplinar, enfim, como ele é “pedagogizado”. Por meio de algumas regras o dispositivo pedagógico estrutura e sistematiza uma nova ordenação de conhecimentos. De acordo com Bernstein as regras são distributivas, recontextualizadoras e avaliadoras. Mainardes e Stremel (2010) sintetizam essas regras e suas funções da seguinte forma:

Essas regras são hierarquicamente relacionadas, no sentido de que a natureza das regras distributivas regulam a relação fundamental entre poder, grupos sociais, formas de consciência e prática e suas reproduções e produções. As regras recontextualizadoras regulam a constituição do discurso pedagógico específico. As regras de avaliação são constituídas na prática pedagógica. Bernstein (1996) identificou os três principais campos do dispositivo pedagógico: produção, recontextualização e reprodução. Esses campos estão hierarquicamente relacionados de forma que a recontextualização do conhecimento não pode acontecer sem a sua produção e a reprodução não pode ocorrer sem a sua recontextualização. A produção de novos conhecimentos continua a ser realizada principalmente em instituições de Ensino Superior e organizações privadas de pesquisa. A recontextualização do conhecimento é realizada no âmbito do Estado (secretarias de educação, etc), pelas autoridades educacionais, periódicos especializados de educação, instituições de formação de professores, etc. A reprodução se realiza nas instituições de educação de todos os níveis. (MAINARDES E STREMEL, 2010. p. 2)

Estruturar, configurar e dar corpo ao projeto de sociologia que se espera para o Ensino Médio Brasileiro, além de perceber que esta inserido em um campo de

disputa e luta, constitui uma forma de fortalecer a sociologia enquanto 'texto' de disciplina, para assim conseguir atingir os objetivos originários da sociologia enquanto ciência, os quais se resumem, para os propósitos da educação de nível médio, na capacitação dos indivíduos para exercerem criticamente a cidadania plena.

COMO ESTABELECEER UM PROGRAMA NACIONAL PARA A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA QUE GARANTA O MÍNIMO POSSÍVEL DE CONSENSO E CONVERGÊNCIA ENTRE OS CONTEÚDOS E AS FORMAS DE LECIONAR SOCIOLOGIA?

O atual momento do processo de institucionalização e legitimação da sociologia exige uma postura estratégica de estruturação de campo, marcação território e configuração das relações necessárias para a manutenção da sociologia nos textos e contextos oficiais. O ensino de Sociologia constitui um caminho que se abriu, a partir de lutas e conquistas, e pode ser observado na Educação Básica. No entanto, essa parece ser uma tarefa com algumas dificuldades. Configurar um campo de atuação para o ensino de sociologia e conseqüentemente para os professores de sociologia e sociólogos, além dos desafios políticos estruturais e burocráticos, exige a formulação de uma provisória convergência de objetivos das várias perspectivas sociológicas.

Os conteúdos da Sociologia e as formas de ensinar sociologia na Educação Básica no Brasil ainda não é unívoca e convergente, evidentemente que é uma expressão da própria condição sociológica, na qual admite a existência de diversas interpretações e explicações, que por sua vez não são vazias de sentido político. A sociologia enquanto uma "ciência de referência"² coexiste com variadas formas e conteúdos sociológicos, que configuram campo e marcam posições políticas. O ensino de sociologia, evidentemente, é influenciado pela lógica de disputa que impera nos meios científicos e políticos da sociologia. A proposta não é anular esse conflito central para o desenvolvimento científico da sociologia, mas apontar que o processo de institucionalização e legitimação da sociologia na Educação Básica exige estrategicamente um consenso de conteúdos e formas que irão configurar a disciplina de sociologia no Ensino Médio em todo o Brasil. Portanto, como

² Chervel (1990) – História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa.

estabelecer um programa nacional para a disciplina de sociologia que garanta o mínimo possível de consenso e convergência entre os conteúdos e as formas de lecionar sociologia?

O ensino de sociologia na Educação Básica revela um processo de disciplinarização de conteúdos e formas que seleciona o que deve ser ensinado e como deve ser ensinado. A disciplinarização em si não constitui um problema, talvez os principais empecilhos residam na forma com que são recontextualizadas as prioridades do que deve ser selecionado. Afinal, o que é a disciplina escolar? Por que disciplina e não somente conteúdos de sociologia? Quais e como os conteúdos são selecionados? Forma e conteúdo são separáveis? Quais são os interesses e motivações para se ensinar sociologia no Brasil? É uma demanda dos vestibulares? É uma qualificação para exercer e desenvolver a cidadania? Questões como essas ajudam a pensar a disciplina como uma aliada para o processo de institucionalização e legitimação da sociologia no Brasil, e não como uma vulgarização da sociologia enquanto ciência. Assim, entender como se configura o processo de disciplinarização se constitui em um exercício profícuo para perceber como as prioridades de seleção de conteúdos e formas são resignificadas por determinados contextos políticos e sociais. O caminho estratégico para legitimação da sociologia no ensino brasileiro perpassa pela lógica das disciplinas, e se apropriar da lógica disciplinar é tarefa essencial para garantir a manutenção da sociologia na Educação Básica, e quiçá qualificar os estudantes para desempenhar com mais autonomia seu papel de cidadão.

Para responder o que é disciplina, é coerente, para os limites e propósitos estratégicos do presente artigo, concordar com Lenoir (2004), que admite ser a disciplina uma forma de estrutura que dá corpo e dinâmica aos processos científicos:

As disciplinas são a infraestrutura da ciência corporificada, antes de qualquer coisa, nos departamentos universitários, nas sociedades profissionais, nos manuais e livros didáticos. [...] Ao mesmo tempo, a disciplina ajuda a estruturar as relações dos cientistas com contextos particulares institucionais e econômicos. As disciplinas são os mecanismos institucionais para regular as relações de mercado entre consumidores e produtores de conhecimento. Elas são também instrumentos para distribuir *status*; ao fundar especialidades e habilidades, a disciplina estabelece limites e demarca hierarquias entre especialistas e amadores. Além disso,

como tanto Michel Foucault quanto Pierre Bourdieu têm insistido, o cuidado com ela não é apenas uma preocupação com as instituições e a profissionalização; é, acima de tudo, uma preocupação com os corpos – corpos humanos. Disciplinas são formações institucionalizadas para organizar esquemas de percepção, apreciação e ação, bem como para inculcá-los como ferramentas de cognição e comunicação. Ao mesmo tempo, na quantidade de operadores práticos corporificados, as disciplinas são estruturas políticas que de forma crucial fazem a mediação entre a economia política e a produção do conhecimento. Disciplinas são estruturas dinâmicas para compor, canalizar e repetir as práticas sociais e técnicas essenciais ao funcionamento da economia política e do sistema de relações de poder que a realiza. [...] As alegações centrais a respeito das disciplinas que derivei dos trabalhos de Foucault e Bourdieu são as seguintes: Ninguém cria disciplinas; devemos examinar, em lugar de disciplinas monolíticas, programas disciplinares adaptados localmente à economia política; programas disciplinares, na qualidade de instituições que demarcam limites de especialidades e hierarquias de competência, são gerados simultaneamente dentro de um discurso político e de um discurso ideológico, sendo, portanto, mais bem compreendidos como discursos de poder e instrumentos para a produção de conhecimento. (LENOIR, 2004. pp. 65-66 e 84).

A partir dessa definição de disciplina é possível perceber que a seleção de conteúdos e a forma como se ensina tais conteúdos não são meramente desencontros causais de uma ciência específica, não é ao acaso que se ensina uma determinada ciência com um determinado método, tudo que se refere a disciplina, e nesse caso não somente a disciplina escolar, tem relação com a política, como um mecanismo que controla corpos humanos. Nesse sentido fica claro uma correspondência com as teorizações de Bernstein e Bourdieu, em que o campo estruturado a partir de disciplinas também procura se inserir em uma disputa por poderes, que são dinamizados por discursos textuais. Os agentes que controlam a produção dos discursos ou textos não somente pautam as questões mais relevantes, mas, sobretudo, controlam a vida social na medida em que as verdades ‘consensuais’ estão sob seu domínio.

Portanto, os interesses e motivações de se ensinar sociologia no Brasil, assim como outras disciplinas, estão inseridas em um contexto político amplo, que pode ser captado nos documentos oficiais como Leis e Diretrizes. Embora existam demandas específicas para o ensino de sociologia, como exigência em vestibulares e concursos, ainda é via Estado a partir de documentos oficiais (textos) que recursos são mobilizados e a obrigatoriedade e eficácia é garantida, é via institucionalização que os campos são estruturados e fortalecidos.

Dessa forma, como mapeamento inicial das possibilidades de institucionalização da sociologia via disciplinas e currículos fortes, cabe ao presente artigo: 1 - entender como os documentos oficiais (PCNs e as OCNs) são engendrados; 2 - estabelecer critérios para analisar os programas curriculares estaduais para a disciplina de sociologia, analisar brevemente os programas curriculares estaduais do Paraná e São Paulo tentando relacionar com as teorizações e conceituações de “contextualização e recontextualização” de Bernstein; e por fim rascunhar uma proposta de consenso: a partir das diferenças e semelhanças propor um possível consenso estratégico para a disciplina de sociologia nos vários Estados, com foco no processo de recontextualização necessário para a convergência das várias perspectivas e filiações.

1 - PCNS – OCNs: COMO OS PCNS E OCNs SÃO ENGENDRADOS PARA A CONFIGURAÇÃO DE UM CAMPO DE CONTROLE SIMBÓLICO

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados por especialistas ligados ao Ministério da Educação (MEC), são um conjunto de orientações que visam estabelecer uma referência curricular nacional para as disciplinas da Educação Básica e apoiar a elaboração da proposta curricular nos Estados. Os PCNs se constituem em um caminho comum para a Educação Básica brasileira, cada disciplina da grade curricular apresenta uma seleção de conteúdos e conhecimentos que devem ser ensinados para os alunos. As Orientações Curriculares para o Ensino Médio – OCNs (2006) são um conjunto de reflexões que auxiliam os professores na prática docente, ajudando a padronizar e exercer as orientações presentes nos PCNs.

Tentando fazer uma leitura inicial dos PCNs e OCNs a partir das teorizações de Bernstein é possível admitir o uso dos conceitos de ‘classificação e enquadramento’ que resumidamente podem ser explicados da seguinte maneira:

Classificação e enquadramento - Os conceitos de classificação e enquadramento são centrais na teoria do discurso e da prática pedagógica desenvolvida por Bernstein. Enquanto o termo classificação (poder) é

usado para descrever as relações de poder e controle do que é ensinado e aprendido, enquadramento (controle) é usado para descrever as relações de poder e controle que influenciam o *como* o processo ensino/aprendizagem é conduzido. De acordo com Bernstein (1996), classificação refere-se à natureza da diferenciação entre conteúdos e áreas do conhecimento. Onde a classificação é forte (+C) os conteúdos estão separados por limites fortes. Onde a classificação é fraca (-C), há uma reduzida separação entre conteúdos e áreas de conhecimento. Enquadramento refere-se ao grau de controle do que é transmitido, do que é recebido e do que pode ou não pode ser transmitido na relação pedagógica. Um enquadramento forte (+E) indica que o transmissor (professor, estudante, pais, sistema educacional, texto, televisão) regula explicitamente o conteúdo, sequenciamento, forma, compassamento e o discurso que constituem o contexto de aprendizagem. Se o enquadramento é fraco (-E), o transmissor tem aparentemente um controle menor sobre os elementos da prática pedagógica. (MAINARDES E STREMELE, 2010. p. 8).

Para as especificidades da disciplina de sociologia podemos observar que tanto os PCNs quanto as OCNs tem uma classificação e um enquadramento fraco, pois na disciplina de sociologia o que se busca atualmente é uma forma de dar identidade e legitimá-la na grade curricular. Ainda podemos usar os conceitos de ‘contextualização e recontextualização’, que servem para mostrar como o movimento dos discursos (textos – poderes) se transformam de acordo com o contato com diferentes agentes e agências. Os interesses das agências se convertem como princípios recontextualizadores, e é possível observar tal movimento perseguindo uma linha hipotética de continuidade ou ruptura que perpassa os PCNs, as OCNs e os programas curriculares estaduais para as disciplinas. Se feita uma análise rigorosa será possível perceber muitas rupturas ao invés de continuidades, isso se explica pelo poderes políticos constituídos nos agentes estaduais. Nas próprias teorizações de Bernstein encontramos esse movimento, resumidamente MAINARDES E STREMELE, 2010 explicam que:

As regras de recontextualização atuam no contexto recontextualizador, estruturado por dois campos recontextualizadores (intermediários entre o campo de produção do conhecimento e o campo de reprodução):

a) Campo recontextualizador oficial (CRO): é criado e dominado pelo Estado e suas agências, autoridades ou departamentos, através de agentes especializados em produzir o discurso pedagógico oficial (DPO). São as regras oficiais que regulam a produção, distribuição, reprodução, interrelação e mudança dos discursos pedagógicos legítimos, bem como os conteúdos, as relações a serem transmitidas e o modo de transmissão. Em termos gerais, o campo de recontextualização oficial tem o objetivo de estabelecer um conjunto de conhecimentos específicos e práticas pedagógicas reguladoras a serem transmitidas pelas escolas;

- b) Campo de recontextualização pedagógica (CRP): é constituído por pedagogos em escolas, faculdades e setores de educação de universidades com suas pesquisas,⁹ periódicos e jornais especializados, fundações privadas de pesquisa. Igualmente ao CRO, o CRP preocupa-se com os princípios e práticas que regulam o movimento dos discursos do contexto da produção para o contexto de sua reprodução.
- c) O campo recontextualizador pedagógico tem a função decisiva de criar a autonomia fundamental da educação. Se o CRP pode ter um efeito sobre o discurso pedagógico independentemente do CRO, ambos terão alguma autonomia e disputarão espaços e influências na configuração do discurso pedagógico. (MAINARDES E STREMEL, 2010. pp. 13-14)

Dessa forma, os PCNs e as OCNs se constituem em documentos 'recontextualizados' da ciência de referência, ou seja, já sofreram alterações significativas de seus conteúdos. No entanto, o princípio normativo e disciplinar deve ser constante e eficaz, pois devem proporcionar uma classificação forte e um enquadramento forte para que as disciplinas sejam facilmente identificadas e legitimadas. Aparentemente nas OCNs, no caso da sociologia, observa-se uma falta de normatização, padronização e rigidez necessária para criar uma identidade legitimadora; os temas, conceitos e teorias ainda são vagos e gozam de uma liberdade de 'recontextualização' perigosa. Assim, as OCNs reelaboram a famigerada justificativa da sociologia no Ensino Médio, qual seja: possibilitar a educação autônoma para exercício da cidadania, mas pouco orienta e produz os caminhos possíveis para tal. As OCNs apostam na interdisciplinaridade, que em muito pode se transformar em confusões de identidade disciplinar, ou melhor, complica mais a luta por uma disciplina que tenha uma classificação forte e um enquadramento forte, pois a importância não será dada as disciplinas marcadas pelas suas especificidades de conteúdos, mas sim e somente nos conteúdos, não importando os campos de conhecimento que serão usados para acessar os conteúdos.

2 - PROGRAMAS CURRICULARES: CRITÉRIOS DE ANÁLISE – QUAIS SÃO AS DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS DOS PROGRAMAS CURRICULARES ESTADUAIS? QUAIS SÃO AS FORMAS E CONTEÚDOS PREPONDERANTES NOS DOCUMENTOS ORIENTADORES?

Analisar os programas curriculares estaduais para a disciplina de sociologia se constitui em uma tarefa necessária para o atual momento em que se busca uma legitimação da sociologia no Ensino Médio brasileiro. No entanto, a análise exige o estabelecimento de alguns critérios, que devem ser pensados a partir de uma proposta nacional normalizadora. O objetivo da análise dos programas curriculares estaduais é identificar e entender as principais diferenças e semelhanças existentes entre os conteúdos que se ensina e como se ensina Sociologia em determinados Estados do país. Para os limites do artigo os programas curriculares analisados são os do Estado do Paraná e de São Paulo, confeccionados pelas respectivas Secretarias de Educação. Seguindo a aposta de uma legitimação fortalecida pela possível convergência curricular nacional para a o ensino de sociologia na Educação Básica os critérios para análise são:

- a) história e objetivo da sociologia no ensino médio.
- b) conteúdos selecionados e divisão temática e seriada dos conteúdos.
- c) fundamentações teóricas e metodológicas selecionadas e usadas.
- d) capacitação dos professores de sociologia e recursos de ensino.

Proposta Curricular do Estado de São Paulo para a Disciplina de Sociologia
(Documento constituído por 08 páginas)

- a) história e objetivo da sociologia no ensino médio.

Não existe orientações específicas sobre a história e objetivo da sociologia. O objetivo da sociologia é identificado com referência aos PCNs: capacitar os alunos para exercerem o papel de cidadão.

b) conteúdos selecionados e divisão temática e seriada dos conteúdos.

1ª Série	
1º Bimestre	2º Bimestre
<p>O aluno na sociedade e a Sociologia</p> <ul style="list-style-type: none"> - A Sociologia e o trabalho do sociólogo. - O processo de desnaturalização ou estranhamento da realidade. - Como pensar diferentes realidades. - O homem como ser social. 	<p>O que permite ao aluno viver em sociedade?</p> <ul style="list-style-type: none"> - A inserção em grupos sociais: família, escola, vizinhança, trabalho. - Relações e interações sociais. - Socialização.
3º Bimestre	4º Bimestre
<p>O que nos une como humanos? O que nos diferencia?</p> <p>Conteúdo simbólico dos relacionamentos sociais do aluno I: a unidade do Homem e as diferenças entre os homens:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o que nos diferencia como humanos; - conteúdos simbólicos da vida humana: cultura; - características da cultura; - a humanidade na diferença. 	<p>O que nos desiguala como humanos?</p> <p>Conteúdo simbólico dos relacionamentos sociais do aluno II: da diferença à desigualdade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - etnias; - classes sociais; - gênero; - geração.

2ª Série	
1º Bimestre	2º Bimestre
<p>De onde vem a diversidade social brasileira?</p> <ul style="list-style-type: none"> - A população brasileira: diversidade nacional e regional. - O estrangeiro do ponto de vista sociológico. - A formação da diversidade: <ul style="list-style-type: none"> - migração, emigração e imigração; - aculturação e assimilação. 	<p>Qual a importância da cultura na vida social?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cultura e comunicação de massa: <ul style="list-style-type: none"> - música, televisão, internet, cinema, artes, literatura.
3º Bimestre	4º Bimestre
<p>Qual a importância do trabalho na vida social brasileira?</p> <ul style="list-style-type: none"> - O trabalho como mediação. - Divisão social do trabalho: <ul style="list-style-type: none"> - divisão sexual e etária do trabalho; - divisão manufatureira do trabalho. - Processo de trabalho e relações de trabalho. - Transformações no mundo do trabalho. - Emprego e desemprego na atualidade. 	<p>O aluno em meio aos significados da violência no Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> - Violências simbólicas, físicas e psicológicas. - Diferentes formas de violência: doméstica, sexual e na escola. - Razões para a violência.

3ª Série	
1º Bimestre	2º Bimestre
<p>O que é cidadania?</p> <ul style="list-style-type: none"> - O significado de ser cidadão ontem e hoje. - Direitos civis, direitos políticos, direitos sociais e direitos humanos. - A Constituição Brasileira de 1988. - A expansão da cidadania para grupos especiais: <ul style="list-style-type: none"> - crianças e adolescentes, idosos e mulheres. 	<p>Qual a importância da participação política?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formas de participação popular na história do Brasil. - Movimentos sociais contemporâneos: <ul style="list-style-type: none"> - movimento operário e sindical. - movimentos populares urbanos. - “novos” movimentos sociais: negro, feminista, ambientalista, GLBT.
3º Bimestre	4º Bimestre
<p>Qual é a organização política do Estado brasileiro?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estado e governo. - Sistemas de governo. - Organização dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. - Eleições e partidos políticos. 	<p>O que é não-cidadania?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desumanização e coisificação do outro. - Reprodução da violência e da desigualdade social. - O papel social e politicamente transformador da esperança e do sonho.

Não existe orientações detalhadas, apenas os quadros de divisão seriada e de conteúdos.

c) fundamentações teóricas e metodológicas selecionadas e usadas. (estranhamento e desnaturalização).

Existem uma menção a sociologia do conhecimento via Mannheim, porém reinterpreta a sociologia como técnica social com um conjunto de métodos que influenciam o comportamento humano. Aposta nos processos de ‘estranhamento e desnaturalização’ como método.

d) capacitação dos professores de sociologia e recursos de ensino.

Não existem orientações sobre a capacitação dos professores de sociologia. Não existem orientações sobre os recursos de ensino.

Diretrizes curriculares de Sociologia para o Ensino Médio – Paraná (Documento constituído por 70 páginas)

SUMÁRIO DO DOCUMENTO

1. DIMENSÃO HISTÓRICA DA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA

- 1.1 O contexto histórico do aparecimento da Sociologia
- 1.2 A Sociologia como disciplina científica e curricular
 - 1.2.1 A Sociologia no Brasil
 - 1.2.2 O ensino da Sociologia: da escola média à universidade brasileira
 - 1.2.3 A Sociologia no Ensino Médio do Paraná
- 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA
 - 2.1 O pensamento dos clássicos
 - 2.1.1 Émile Durkheim e o princípio da integração social
 - 2.1.2 Max Weber e o princípio da racionalização social
 - 2.1.3 Karl Marx e o princípio da contradição social
 - 2.2 Grandes campos teórico-metodológicos
 - 2.3 A Sociologia crítica: um recurso científico a serviço do seu ensino
- 3. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES
 - 3.1 O processo de socialização e as instituições sociais
 - 3.2 A cultura e a indústria cultural
 - 3.2 Trabalho, produção e classes sociais
 - 3.4 Poder, política e ideologia
 - 3.5 Direitos, cidadania e movimentos sociais
- 4. ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS – POR UMA PEDAGOGIA DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO
- 5. AVALIAÇÃO

c) fundamentações teóricas e metodológicas selecionadas e usadas. (estranhamento e desnaturalização)

d) capacitação dos professores de sociologia e recursos de ensino.

a) história e objetivo da sociologia no ensino médio.

Existe uma profunda reflexão sobre as origens da sociologia como ciência e um complexo retrospecto da sociologia enquanto disciplina curricular e científica. Existe ainda uma preocupação importante com a Sociologia Brasileira, resgata a importância dos primeiros intelectuais brasileiros. Os objetivos da sociologia no ensino médio versam sobre os despertar de consciência nos alunos para exercerem

seu papel de cidadão crítico e autônomo. Existe uma forte relação dos objetivos com uma intenção de justificar o ensino de sociologia na Educação Básica.

b) conteúdos selecionados e divisão temática e seriada dos conteúdos.

Os conteúdos são focalizados nos clássicos da Sociologia: Émile Durkheim e o princípio da integração social; Max Weber e o princípio da racionalização social; Karl Marx e o princípio da contradição social. Existe um minucioso detalhamento das orientações e recomendações a serem seguidas com várias referências bibliográficas.

A divisão dos conteúdos é por blocos temáticos e seguem a seguinte ordem: O processo de socialização e as instituições sociais; A cultura e a indústria cultural; Trabalho, produção e classes sociais; Poder, política e ideologia; Direitos, cidadania e movimentos sociais. Cada temática tem uma vasta reflexão orientadora para a prática docente. Não existe uma divisão seriada dos conteúdos.

c) fundamentações teóricas e metodológicas selecionadas e usadas. (estranhamento e desnaturalização).

Por ser uma divisão temática as fundamentações teóricas e metodológicas perpassam pelos clássicos da sociologia de maneira a privilegiar o intelectual que mais estudou um determinado tema. No capítulo 'Grandes campos teórico-metodológicos' existe uma reflexão a esse respeito, e justifica o uso das correntes funcionalistas, compreensivas e materialistas dialéticas. No capítulo 'A Sociologia crítica: um recurso científico a serviço do ensino' é possível observar uma atenção para o espírito crítico propiciado pelos processos metodológicos de 'estranhamento e desnaturalização'. Há ainda menções sobre uma possível imaginação sociológica como recurso metodológico.

d) capacitação dos professores de sociologia e recursos de ensino

'É importante para o ensino da Sociologia que professores e alunos saibam sobre a luta social para transformá-la em disciplina curricular no Ensino Médio, no Brasil?' Existe uma atenção especial para a capacitação dos professores de

sociologia, sobretudo ao orientá-los sobre a necessidade de legitimar institucionalmente a sociologia na Educação Básica.

Existe uma reflexão com a seguinte questão: ‘De que recursos didático-pedagógicos podem se valer as aulas de Sociologia?’ Tal questão revela uma preocupação importante com os recursos de ensino. A reflexão apresenta algumas orientações a partir de ‘Filmes e vídeos sob um olhar crítico’ e ‘Leitura e análise de textos sociológicos’ evidenciando as práticas pedagógicas necessárias.

COMO ESTABELECEER UM PROGRAMA NACIONAL PARA A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA QUE GARANTA O MÍNIMO POSSÍVEL DE CONSENSO E CONVERGÊNCIA ENTRE OS CONTEÚDOS E AS FORMAS DE LECIONAR SOCIOLOGIA?

O consenso estratégico parece ser possível no tocante ao método, em que os procedimentos de “estranhamento e desnaturalização” são observados nos dois programas curriculares analisados. Apostar nos processos epistemológicos para alcançar consensos e convergências parece ser um caminho. As normatizações e orientações epistemológicas apresentam uma classificação forte e um enquadramento forte. Essas devem ser as questões a serem construídas e entendidas na continuidade da pesquisa, além de analisar todos os programas curriculares estaduais com mais critérios elaborados a partir das contribuições teóricas de Bernstein.

REFERÊNCIAS

BERNSTEIN, Basil. A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Luis Fernando Gonçalves Pereira. Petrópolis: Vozes, Vol. IV, 1996.

Bourdieu, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Catani. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria e Educação. Porto Alegre. Vol. 2. pp. 177-229. 1990

Diretrizes curriculares de Sociologia Para o ensino médio – Paraná . Disponível em : http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/livro_e_diretrizes/diretrizes/diretrizessociologia72008.pdf

LENOIR, Timothy. *Instituindo a ciência: a produção cultural das disciplinas científicas*. Tradução de Alessandro Zir. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

MAINARDES, Jefferson; Silvana STREMEL. A teoria de Basil Bernstein e algumas de suas contribuições para as pesquisas sobre políticas educacionais e curriculares. *Revista Teias*. Vol 11. N 22. Maio/Agosto 2010. Disponível em: http://ri.uepg.br:8080/riuepg/bitstream/handle/123456789/243/ARTIGO_TeoriaBasilBernstein.pdf?sequence=1

OCNS Orientações curriculares nacionais para o ensino médio (2006): Ciências humanas e suas tecnologias. v. 3. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf Acesso em 01 de agosto de 2012.

PCNS - Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino médio (1996) Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso em 01 de agosto de 2012.

Proposta Curricular do Estado de São Paulo para a Disciplina de Sociologia.

Disponível em:

http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/18/arquivos/PPC_soc_revisado.pdf

Proposta Programática do Ensino de Sociologia e Sociologia da Educação - Santa Catarina. Disponível em:

www.sed.sc.gov.br/secretaria/documentos/doc_download/388-proposta-programatica-do-ensino-de-sociologia-e-sociologia-da-educacao

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli – O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. **Coleção Explorando o Ensino – Sociologia : ensino médio** / Coordenação Amaury César Moraes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino; volume 15).